



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



## **Eleições, Jornalismo e Amazônia: a pauta amazônica em editoriais na imprensa da região Norte<sup>1</sup>**

Raphael Henrique CORTEZÃO<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A forte polarização de discursos sobre temas sensíveis nas eleições presidenciais de 2018 marcou a pauta de abordagens jornalísticas de opinião nos principais veículos de mídia em todos os estados do país. Nesse cenário, o presente artigo analisa a abordagem da Amazônia e suas grandes questões no contexto dos planos de governo dos candidatos à presidência da República e dos editoriais publicados por grandes jornais em circulação no Amazonas e em Rondônia, dois dos mais representativos estados da região amazônica, nas duas semanas que antecederam o primeiro turno das eleições de 2018. O objetivo do estudo é verificar se a Amazônia figura entre as preocupações manifestadas pela expressão opinativa do jornalismo desses estados, observando-se o gênero opinativo que manifesta a posição do veículo perante a opinião pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia; eleições; jornalismo opinativo; editorial.

### **INTRODUÇÃO**

O cenário de intensos debates travados nos mais diversos setores da sociedade em torno das principais candidaturas à presidência do Brasil nas eleições de 2018, durante o período que antecedeu o primeiro turno do pleito, também se instalou nas páginas dos principais jornais do país. Para além dos inúmeros casos de divulgação de notícias falsas, atos de violência e declarações polêmicas por parte de candidatos e seus apoiadores, propostas de campanha e itens de plano de governo foram objeto de reportagens, artigos de opinião, colunas de notas e editoriais – conteúdos jornalísticos que compõem o hall de gêneros da imprensa identificados e categorizados no Brasil, inicialmente por Beltrão (2006), e ampliados pelos estudos de Marques de Melo (2003). Este ano, a forte polarização ideológica expressada nas campanhas deslocou o eixo das discussões sobre candidaturas majoritárias nos estados para as eleições presidenciais, cujos projetos e ideias têm o condão de afetar todo o país.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT Comunicação, Cultura e Amazônia, do III Sisicultura.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e professor do curso de Jornalismo da Faculdade Boas Novas (FBN). E-mail: faelcortezao@gmail.com



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Mesmo diante do avanço significativo dos meios digitais de informação no mercado jornalístico, os espaços de expressão opinativa da imprensa escrita merecem atenção de estudos epistemológicos em razão de circularem diariamente nos gabinetes que concentram representantes dos poderes constituídos, tendo, portanto, forte potencial para inscrever temas na agenda do dia desses grupos e, assim, transpor os debates para outros espaços – formais e informais – onde se dão, cotidianamente, as disputas pelo predomínio na esfera pública contemporânea. O editorial, gênero opinativo que representa a opinião da empresa jornalística e se destina justamente ao público anteriormente mencionado, é um importante indicador dessa força da expressão opinativa da imprensa, servindo de termômetro para compreensão dos interesses e projeções de prioridades do mercado jornalístico no cenário de disputa eleitoral.

Com o objetivo de identificar a presença de temas diretamente relacionados a questões da Amazônia dentre os assuntos agendados pela expressão opinativa do jornalismo impresso no Amazonas e no Pará, durante a campanha do primeiro turno das eleições gerais de 2018, o presente artigo reuniu e analisou editoriais publicados pelos jornais A Crítica (AM) e Diário da Amazônia (RO) entre os dias 23 de setembro e 7 de outubro – duas semanas que antecederam o primeiro turno das eleições gerais, ocorrido no dia 7 de outubro. Partiu-se da hipótese de que a temática amazônica é pouco abordada nesses espaços de disputa de poder simbólico e, quando surge, traz uma forte tendência de retorno à visão de desenvolvimentismo defendida por Benchimol (1977) e Djalma Batista (2007), entre outros, com foco nos projetos de desenvolvimento econômico por meio de investimentos no setor industrial e agropecuário.

À luz do método de análise de conteúdo sistematizado por Bardin (2016), observou-se as menções, no contexto político-eleitoral, à palavra Amazônia e derivadas e também a expressões relacionadas a conflitos agrários, povos indígenas e comunidades tradicionais, meio ambiente e sustentabilidade e grandes obras desenvolvimentistas – sempre que apareceram relacionadas, de alguma forma, ao contexto eleitoral que culminou com o primeiro turno das eleições.

Com o intuito de contextualizar o debate político em torno da temática também em relação à preocupação oficialmente manifestada pelos candidatos, foram analisados ainda



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



os 13 planos de governo dos candidatos à presidência no primeiro turno, partindo das mesmas categorias de análise e palavras-chave utilizadas em relação aos editoriais que compuseram o corpus de pesquisa.

### **A expressão opinativa do Jornalismo**

A despeito de serem as formas mais antigas e, por muito tempo, dominantes nos espaços da imprensa pré-revolução industrial<sup>3</sup>, as manifestações jornalísticas de expressão opinativa tem ocupado lugar tímido nos espaços de reflexão acadêmica brasileiros acerca do Jornalismo. Baseando-se no modelo classificatório vigente desde Luiz Beltrão (1980), atualizado e ampliado por um de seus mais brilhantes discípulos, Marques de Melo (2003), tem-se o jornalismo opinativo como um dos cinco gêneros jornalísticos presentes na imprensa brasileira, ao lado do jornalismo informativo – predominante em termos de volume em relação aos demais, jornalismo interpretativo, jornalismo diversional e jornalismo utilitário.

A classificação das manifestações jornalísticas em categorias de conteúdo serve aos objetivos da indústria jornalística de organizar a produção desses conteúdos e torná-los eficazes do ponto de vista de suas finalidades, em consonância com as expectativas do público. Ao estabelecer uma categorização que enquadre os diversos conteúdos em uma “identidade coletiva” relacionada à sua função, capaz de ser igualmente reconhecida por jornalistas e espectadores, propõe-se um acordo, um pacto entre produtores e consumidores dos produtos da mídia, funcionando como regras dessa relação capitalista do mercado de bens culturais mediados.

Essa espécie de ‘contrato’ cuja moeda de pagamento se encontra revestida de poder simbólico (BOURDIEU, 1989) carrega consigo uma nada ingênua sede intervir e influenciar nos acontecimentos e nas crenças difundidas na sociedade a partir dos meios de comunicação e informação. Cabe, ainda, para os fins pretendidos por este artigo, registrar que

---

<sup>3</sup> Conforme Marcondes Filho (2002), a primeira fase do jornalismo foi marcada pelo desejo da “iluminação”. O esclarecimento político e ideológico guiava aqueles que exerciam a função de jornalistas no seu esforço doutrinário.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



O uso do poder simbólico não é acidental ou secundário à luta pelo poder político, mas é essencial a ele. Todo aquele que quiser conquistar poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva, deve também usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade. (THOMPSON, 2002, p. 132).

Historicamente, é consensual o reconhecimento das categorias jornalísticas de informação e opinião como predominantes no cenário da comunicação massiva ao longo do desenvolvimento do jornalismo como prática social e mercadológica. Marques de Melo (2003) relaciona definições de jornalismo de autores dos mais diversos países para demonstrar a conjugação dos propósitos de informação e opinião como partes integrantes e indissociáveis da prática jornalística.

No seio do gênero jornalístico opinativo, estão classificados um grupo de formatos<sup>4</sup>, com características comuns, embora diferentes entre si, que carregam consigo uma função social de assumir a função de fórum de ideias, diferenciando-se também nisso das demais categorias. Os núcleos de emissão<sup>5</sup> permitem diferentes perspectivas de valoração da realidade abordada predominantemente nos formatos informativos da expressão jornalística, garantindo a possibilidade de circulação de diferentes pontos de vista – não necessariamente plurais, especialmente a partir da histórica complexificação das organizações jornalísticas.

Um desses pontos de vista – o que parte primordialmente da empresa – está contido no gênero jornalístico opinativo Editorial. Nesse espaço de expressão jornalística, encontra-se registrada a opinião do consenso das forças que mantêm a organização jornalística – acionistas majoritários, financiadores, anunciantes, braços do aparelho do Estado, entre outras. Com tantos interesses emaranhados, o editorial se configura como o que Marques de Melo chamou de “espaço de contradições”. “Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104).

A argumentação do editorial, em sociedades com opinião pública pouco autônoma como a brasileira, dirige-se primordialmente a estabelecer um diálogo com o Estado, e não

<sup>4</sup> Figuram na classificação de Marques de Melo (2003) como gêneros jornalísticos de opinião o editorial, o comentário, o artigo, a resenha ou crítica, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta.

<sup>5</sup> Para Marques de Melo (2003), a valoração dos fatos na imprensa diária concretiza-se por meio dos gêneros opinativos e emerge de quatro núcleos: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



com a coletividade<sup>6</sup>. Nesse sentido, observa-se que a tendência mais fortemente percebida nesses espaços é a de promover uma espécie de coação ao Estado para que atue de acordo com os interesses dos grupos empresariais, financeiros e políticos que representam, ainda que de forma velada. Estudos de Lane (1967) e Stepan (1971)<sup>7</sup> são elementos cabais de sustentação dessa tendência, legitimada pelo próprio processo de produção – a decisão do tema do editorial principal parte da diretoria, que comunica ao editorialista os pontos de vista a serem explorados.

### **Geopolítica da Amazônia: representações em disputa**

O contexto do processo de disputa pela colonização da América brasileira entre as nações europeias foi marcado por negociações e expedições há muito relatadas por estudiosos da história do Brasil e da Amazônia (CORTESÃO, 1966; REIS, 1989; SILVA, 1996), a partir das quais o velho mundo passou a representar e difundir as noções que até hoje colonizam o imaginário sobre a região em todo o mundo.

As duas visões de que trata Gondim (2007), uma retratada pelo imaginário europeu e a outra resultante do contraste deste imaginário europeu com os modos de vida dos nativos, foram responsáveis pela invenção de uma Amazônia atraente e, ao mesmo tempo, assustadora aos olhos do projeto de colonização dessas nações. Portugal logrou êxito na manutenção da Amazônia sob seu domínio e, graças a estratégias de controle do território, conseguiu ir além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas e garantiu para si, séculos mais tarde, com o Tratado de Madri (1750) o direito sobre as terras ocupadas na região Norte do país.

Até então, a política de colonização da região amazônica foi marcada pela busca da apreensão do espaço, pela dominação de etnias indígenas por meio de alianças ou

---

<sup>6</sup> Marques de Melo (2003, p. 105) sustenta que essa hipótese parte das observações empíricas que realizou em seus estudos ao longo de vários anos, a partir das quais concluiu que as mensagens das organizações jornalísticas nos editoriais “procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos”.

<sup>7</sup> Jonathan Lane (1967 *apud* MARQUES DE MELO, 2003, p. 105) analisou a movimentação da imprensa brasileira às vésperas do golpe militar e verificou clara intenção em criar um clima de instabilidade e fomentar pânico entre as forças armadas; Alfred Stepan (1971 *apud* MARQUES DE MELO, 2003, p. 105) estudou os editoriais dos grandes diários do Rio de Janeiro e de São Paulo em relação aos golpes de estado tentados e consumados no período entre 1945 e 1964, chegando à conclusão de que aqueles que receberam apoio direto e aberto dos editoriais tiveram sucesso, em detrimento dos que não tiveram apoio.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



submissão, pelo baixo investimento de recursos públicos na região, pela livre ação de ordens religiosas e pelo relativo distanciamento da coroa (CORTESÃO, 1966).

Um novo modelo de colonização para a Amazônia surge com a reforma político-administrativa da era pombalina – período em que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, exerceu o cargo de primeiro-ministro português, durante o reinado de Dom José I, de 1750 a 1777, quando a região ganhou maior relevância no projeto de poder português e viveu intensas transformações no contexto geopolítico: criação do Estado do Grão-Pará, processo de municipalização, expulsão dos jesuítas, edição de leis régias da liberdade e civilidade dos índios, introdução da mão de obra escrava negra, realização de expedições filosóficas e científicas, fomento à agricultura, instalação de fábricas e olarias, reforço à atividade comercial por meio da criação de companhia, aumento da frota de navios e reorganização do sistema defensivo, a título de exemplos.

O cenário de interesse político pela região amazônica vislumbrou novos horizontes a partir desse período. Para ilustrar a notabilidade dos interesses acerca da região nos círculos de poder da época, cabe registrar a expedição oficial do naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que partiu de Lisboa em 1783 em direção à Belém a mando da Coroa. Este e diversos outros relatos construídos sobre a Amazônia relacionados por Pizarro (2012) fornecem as bases para compreensão da formação discursiva sobre a região<sup>8</sup>, possibilitando uma compreensão contextualizada da noção adotada para conceber políticas públicas para a Amazônia até os dias atuais.

No século 19, os efeitos da revolução industrial inglesa chegam à região amazônica e, novamente, o repertório de representações acerca da geopolítica da região sofre alterações. A borracha passa a ser o elemento central em torno do qual orbitam as aspirações político-econômicas relacionadas à Amazônia ao longo de décadas. Os impactos dessa influência na configuração dos espaços urbanos e rurais da região podem ser constatados a partir de elementos como a produção de bens culturais e intelectuais sobre a região e repercutindo em aspectos socioeconômicos, estes últimos objetos de

---

<sup>8</sup> Pizarro (2012) ressalta que a concepção do discurso sobre a Amazônia é externa à região, ou seja, enquanto noção, a Amazônia foi criada e pensada através de imagens transmitidas pelo colonizador europeu com seu ideário ocidental, desconsiderando as experiências endógenas e vozes dissidentes na maior parte de sua história, já que somente no final do século 19 aparecem registros mais plurais no discurso amazônico.





III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



preocupação intelectual de Djalma Batista (2007), Araújo Lima (2001) e Reis (1986). Foi também nesse período que o volume de publicações de periódicos impressos deu um salto numérico significativo, deslocando também a abordagem antes dominada pelos assuntos de interesse da Coroa para a realidade local vivenciada à época, tendência ainda mais fortemente reforçada com o advento da República, em 1889 (SODRÉ, 1999; FREIRE, 1990; FARIA E SOUZA, 1908).

Com o golpe militar de 1964 e os ideais nacionalistas de integração e unificação do território nacional, a Amazônia vivencia um novo momento em seu processo de ocupação. A política de integração se traduziu na abertura de grandes rodovias como a Transamazônica (BR-230), a Belém-Brasília (BR-010) e Manaus-Boa Vista (BR-174) e a Manaus-Porto Velho (BR-319), criação de usinas hidrelétricas implementadas a custos socioambientais incalculáveis, resultando em milhares de mortes e quase extinção de povos indígenas, danos irreversíveis ao meio ambiente e diversos outros impactos fartamente estudados e apontados por estudiosos da temática como Philip Fearnside<sup>9</sup>.

Se, por um lado, o projeto de integração nacional foi levado a cabo por meio de perversidades sociais e ambientais, deve-se reconhecer uma série de legados positivos à dinâmica regional que, segundo Becker (2005, p. 73), resultaram em “mudanças estruturais e novas realidades geradas na fronteira, a qual tomo como espaço não plenamente estruturado e por isso mesmo capaz de gerar realidades novas”, sobretudo na área das telecomunicações.

Ainda como parte desse discurso, foram criados projetos voltados ao preenchimento do ‘vazio demográfico’ supostamente existente na região e à busca pelo desenvolvimento econômico, materializado durante o governo militar pela substituição da então Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, por meio da qual foram financiados os grandes projetos desenvolvimentistas realizados na região. Pizarro

---

<sup>9</sup> Philip Fearnside é um biólogo americano, pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) desde 1978, que estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974. Foi vencedor do Prêmio Nobel por seu trabalho relacionado aos efeitos do aquecimento global e possui centenas de conferências e artigos publicados em revistas e coletâneas de todo o mundo sobre temáticas amazônicas, bem como dezenas de livros em que trata dos impactos socioambientais da implementação de hidrelétricas e rodovias na Amazônia.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



(2012) destaca também que a organização da vida deixou de ocorrer a partir dos rios, as áreas de trabalho passaram por intensa reorganização, culminando com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Após a redemocratização do país, um discurso de possível ameaça à soberania da região amazônica por parte de grandes potências mundiais ganhou força e, ainda sobre os auspícios dos militares, institucionalizou-se uma política de monitoramento e proteção, em especial das áreas de fronteira, efetivado já no início do século 21, com a criação oficial do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Pinto (2002) acompanhou o desenvolvimento da proposta desde os anos 90 até sua efetivação e concluiu que tal preocupação se transformou em uma “doutrina de segurança nacional”.

Nas últimas décadas, a preocupação econômica no contexto de desenvolvimento dos Estados da Amazônia brasileira tem ocupado a maior parte da pauta política acerca da região. O plantio de grãos – com destaque para a cultura da soja – na área do chamado “arco do desmatamento” (linha de fronteira com o Centro-Oeste e parte do Nordeste) e a manutenção do modelo de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus – considerando-se como parte deste todo o debate sobre logística de transporte e escoamento da produção e sobre a geração de energia – dominam os discursos políticos das bancadas estaduais no Congresso Nacional e dos governos estaduais dos estados do Norte, a despeito e quase à revelia dos fortes impactos socioambientais produzidos.

### **A pauta amazônica nas eleições 2018**

A visão dos candidatos à presidência da República nas eleições 2018 parece repetir, em sua maioria, os discursos colonizadores e desenvolvimentistas que insistem em povoar as representações globais sobre a Amazônia. A partir da análise dos planos de governo dos 13 candidatos ao cargo, todos registrados oficialmente junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é possível inferir que as políticas vislumbradas pelos candidatos em relação à região não são claras o suficiente em relação a temas centrais como combate ao desmatamento; comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas; e políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. A visão predominante é reducionista e desconsidera a





III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



complexidade e a visão sistêmica dos processos, a mesma que tem conduzido estudiosos da região a conceberem a noção de Amazônia profunda<sup>10</sup>.

A busca pelas palavras “Amazônia” ou “amazônica” nos planos de governo dos candidatos à presidência revelou a total ausência de citações nas propostas de Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (REDE), Ciro Gomes (PDT), Álvaro Dias (PODEMOS), Vera Lúcia (PSTU) e José Eymael (DC). No plano de Cabo Daciolo (PATRIOTA), a única citação se destina a situar geograficamente a região amazônica como o local onde se pretende expandir a construção de ferrovias e hidrovias.

Nos planos em que o termo é encontrado, a temática de redução do desmatamento e as políticas de defesa do território aparecem associados mais frequentemente à Amazônia. Os povos indígenas e comunidades tradicionais amazônicas aparecem textualmente citados em apenas dois planos de governo, de Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL), os mesmos candidatos que deram maior espaço à região em suas propostas, com 9 e 14 menções, respectivamente.

A imprensa nacional, tal qual as demais forças políticas que se entrelaçam no jogo de influências veladas a que estão sujeitas as decisões do Estado na condução dos rumos da gestão pública, também se sujeita a assumir os discursos, principalmente em suas abordagens opinativas, objetivando participar ativamente da disputa no campo de forças políticas. Sendo considerada, historicamente, uma região de menor importância no contexto nacional, a Amazônia é pouco ou nada mencionada nas abordagens a respeito das propostas apresentadas na disputa eleitoral. A questão central do presente artigo visa questionar que discursos são assumidos – e se há ao menos menção a essas temáticas amazônicas – pela expressão opinativa oficial de jornais que circulam nos principais estados da própria região.

Nos períodos eleitorais, em que o envolvimento e decisão de todos é parte intrínseca do processo, os esforços de comunicação por parte dos atores políticos são maximizados,

---

<sup>10</sup> Capra (2006) atribui o uso pioneiro da expressão ecologia profunda ao filósofo norueguês Arne Naess (1978), em oposição ao que o autor denomina “ecologia superficial” ou “ecologia rasa”. O conceito, que vem sendo largamente utilizado por amazonólogos para compreensão da região no contexto mundial, traz a interdependência fundamental de todos os fenômenos em suas bases, ao observar o universo como uma rede de fenômenos interconectados entre si, na qual todos os seres vivos são fios particulares da teia da vida, abandonando a ideia de centralidade humana na concepção da relação homem-natureza.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



configurando-se em verdadeiro foro comunicativo (ALONSO *apud* RUBIM, 1997). A mídia, sendo uma atividade de natureza originariamente social, é importante peça nessa rede de inter-relações, ao concentrar forte poder de coerção em relação aos demais pontos da rede. Na Sociologia da Imprensa de Weber (2005), tem-se que a vida moderna como a conhecemos só se constituiu como tal por conta das transformações provocadas pela imprensa e sua necessidade de desenvolvimento dos fatos no âmbito público, demonstrando o papel central que a comunicação passou a ocupar na configuração das sociedades modernas.

Ao se lançar diante do desafio de captar e analisar padrões de abordagem dos temas amazônicos às vésperas da votação do 1º turno das eleições de 2018, o presente artigo visa tornar visíveis, por meio da identificação de padrões discursivos, quais visões sobre a Amazônia estão inscritas na pauta de grandes veículos de imprensa de dois dos maiores estados da região amazônica em termos de território, população e participação no PIB nacional – Amazonas e Rondônia – e, conseqüentemente, inscritas na agenda de debates dos respectivos leitores desses jornais.

Adotou-se como critério de inclusão dos jornais no corpus da pesquisa o volume de vendas na região e a tradicionalidade em termos de permanência em circulação. Os critérios de exclusão foram a indisponibilidade de acesso físico ou digital às edições e a ausência de publicação de editorial nas edições atuais, o que resultou na seleção dos jornais A Crítica (AM) e Diário da Amazônia (RO) para análise dos editoriais publicados entre 23 de setembro e 7 de outubro de 2018. Devido à ausência de editorial no jornal Diário do Pará (PA) e à impossibilidade de acesso ao conteúdo do jornal O Liberal (PA) na internet, não foi possível incluir jornais do estado do Pará na análise. Ao final do período, foram catalogados 15 editoriais do A Crítica e 13 do Diário da Amazônia.

Tendo como norte a noção de geopolítica de Becker (2005) e como base os conceitos de conflito ambiental (ACSELRAD, 2004) e racionalidade (LEFF, 2007), Quintslr (2009) desenvolveu um quadro de matrizes discursivas em torno da Amazônia que serviram como principal referência das categorias da análise empreendida nos editoriais publicados pelos jornais. De forma complementar, acrescentou-se aos temas amazônicos que redundaram em critérios de análise do conteúdo coletado eventuais abordagens relacionadas aos povos



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que não aparecem diretamente mencionados nas matrizes discursivas apontadas por Quintslr (2009) sobre a Amazônia.

A análise dos textos dos editoriais mostrou, tal qual nos planos de governo dos presidentiáveis, a quase total despreocupação dos veículos de imprensa analisados com as grandes questões e demandas da Amazônia. O nome da região em si foi raramente utilizado pelos editoriais no período monitorado.

Os fatores econômicos, distintos entre os estados nos quais circulam os veículos analisados, foram preponderantes nas abordagens que relacionavam eventuais propostas de candidatos às necessidades regionais. No jornal *A Crítica*, a problemática envolvendo a insegurança jurídica dos incentivos fiscais que mantém viável o modelo de Zona Franca, diante do uso de decretos governamentais para alterar as alíquotas praticadas para os próximos anos, foi o tema que mais se aproximou da matriz discursiva de racionalidade econômica, marcada fortemente pelo uso das matérias-primas e da força de trabalho local para fins econômicos vinculados à propriedade privada. Em editorial publicado em 29 de setembro de 2018, o mais tradicional veículo de imprensa amazonense criticou textualmente a total ausência de menção à Zona Franca de Manaus nos planos de governo dos candidatos à presidência, mesmo diante de propostas de reformas tributárias com impactos diretos ao modelo, e mencionou a necessidade de o governo federal enxergar a Zona Franca como fonte de geração de receita, de empregos e desenvolvimento.

O jornal *Diário da Amazônia*, único veículo de mídia impressa atualmente em circulação em Rondônia, também traz – sem abordar diretamente o contexto eleitoral – um conteúdo fortemente marcado pelo discurso desenvolvimentista em editorial publicado na edição do fim de semana de 23 e 24 de setembro de 2018. No texto, o jornal comemora produção recorde de grãos no Estado, com destaque especial para a safra da soja, e menciona que o crescimento do setor está além dos investimentos públicos no agronegócio local. Apesar de ser uma das principais culturas influenciadoras do desmatamento na região, não há menção ao contexto socioambiental relacionado a essa atividade econômica.

Há uma única menção, mesmo descolada do contexto de propostas eleitorais e distante da abordagem mais contextual como um problema de dimensões regionais, que trata de uma situação de ameaça à sobrevivência de uma bacia hidrográfica urbana de



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Manaus (Tarumã-Açu) em decorrência de pressões socioeconômicas a partir de uma ótica mais favorável ao equilíbrio ambiental. O editorial, publicado pelo jornal A Crítica no dia 25 de setembro, aproxima o discurso adotado na abordagem da noção que Quintslr (2009) classifica como “Racionalidade preservacionista”, ao propor o uso limitado da natureza diante do risco de danos irreversíveis.

O alarmante avanço do desmatamento sobre a floresta amazônica, decorrente principalmente da atividade madeireira, da mineração e da agropecuária, tema que recebeu relativa atenção nos planos de governo dos presidentiáveis, sequer foi objeto de reflexões superficiais nos editoriais analisados. Até mesmo as grandes obras que há muito são objeto de disputas políticas na região, como abertura, reforma ou ampliação de estradas e ferrovias, construção de hidrelétricas e de linhas de transmissão de energia, não apareceram citadas pelos veículos do corpus de pesquisa, durante o período de análise. Temas mais abrangentes e de interesse nacional como o desemprego, violência e as nuances em torno da disputa eleitoral em andamento ocuparam a maior parte do espaço.

### **Considerações finais**

A quase invisibilidade de temas relevantes para a Amazônia nas páginas editoriais dos jornais analisados, dentro do contexto de uma acirrada e polarizada disputa eleitoral, é um claro indicador de que a imprensa regional pouco se preocupa com as políticas públicas planejadas pelos governantes para a região. Mesmo em relação aos governos estaduais, aos quais concorriam candidatos em algum grau relacionados aos grupos de mídia dos quais fazem parte os jornais A Crítica (AM) e Diário da Amazônia (RO), a referência a questões contextuais de suma importância para o futuro da região amazônica é escassa ou inexistente. A postura de pretensa neutralidade da direção dos veículos de imprensa analisados ante as polêmicas repercute também junto aos demais círculos de poder por onde circulam essas publicações e, por conseguinte, junto à população desses estados.

É asseverado em Castells (2005) que a sociedade em rede e as mudanças de paradigmas na comunicação mediada alteraram, em nível global, o até então absoluto monopólio informacional dos grandes conglomerados de mídia. Em relação aos meios impressos, a ameaça é ainda mais drástica: desde a primeira década deste século,



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



questiona-se, no mercado e na academia, a sobrevivência dos mesmos nos próximos cem anos (MEYER, 2007; DORNELLES, 2009), devido a diversos fatores, entre os quais o ora apontado neste artigo. No entanto, não se pode desconsiderar a força e o reforço à legitimidade da informação jornalística que o mais tradicional dos meios de comunicação de massa segue sustentando, em especial no meio político e econômico (WOLTON, 2005).

Por todos os motivos anteriormente expostos, percebe-se como extremamente preocupante a ausência das grandes temáticas amazônicas como pauta de debates políticos no contexto eleitoral, tanto nos programas de governo dos candidatos como nas páginas editoriais dos jornais da região. Se a invisibilidade da Amazônia no olhar da política nacional já representaria um problema em um cenário de imprensa regional pujante e interessada em inscrever os desafios amazônicos na agenda de prioridades do governo federal nos próximos anos, a conclusão desta análise a respeito do baixíssimo engajamento dos jornais analisados nessa discussão é ainda mais grave e chama à reflexão os profissionais da imprensa que atuam na região: se não interessa aos próprios jornalistas amazônidas projetar, por meio dos veículos de massa, discussões acerca dos interesses e problemas da região, a quem mais interessaria?

## REFERÊNCIAS

ACSERLRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Henrich Boll, 2004. p. 13-35.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Revista Estudos Avançados, vol. 19, n. 53, 2005. P. 71-86. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em 03 out. 2018.

BELTRÃO, L. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Methodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



\_\_\_\_\_. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980.

BENCHIMOL, S. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CORTESÃO, J. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Lisboa: Portugália, 1966.

DORNELLES, B. **O futuro do jornal**. Revista Famecos, nº 40. Porto Alegre, dezembro de 2009. p. 63-67.

FARIA E SOUZA, J. B. de et al. **A imprensa no Amazonas (1851-1908)**: Catálogo de Jornais. Manaus: Typographia da Imprensa Oficial, 1908.

FREIRE, J. R. B. (Org.). **Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Manaus: Umberto Calderaro Ltda, 1990.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, A. **Amazônia: a terra e o homem**. 5. ed. Manaus: Edições do Governo do Amazonas, 2001.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.





III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo Opinitivo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3a. ed. ver. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEYER, P. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo: Ed. Contexto, 2007

PINTO, L. F. **Três reflexões sobre segurança nacional na Amazônia**. Revista Estudos Avançados, vol. 16, n. 46, 2002. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a11.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2018.

PIZARRO, A. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

QUINTSLR, S. Amazônia: disputas materiais e simbólicas. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V.11, n.1. Maio de 2009. P. 59-72. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p57>>. Acesso em: 31 out 2018.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.

\_\_\_\_\_. **Um mundo em mudança**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

RUBIM, A. A. C. Configurações da política na Idade Mídia. In: FAUSTO NETO, A; PINTO, M. J. (Org.). **Mídia & cultura**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997. p. 13-35.

SILVA, M. C. da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

THOMPSON, J. B. **O Escândalo Político**: poder e visibilidade na era da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WEBER, M. **Sociologia da imprensa**: um programa de pesquisa. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. II, n. 1, 2005. p. 13 a 21. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2084/1825>>. Acesso em 28 out. 2017.

WOLTON, D. **Il faut sauver la communication**. Revista Famecos, nº 27. Porto Alegre, agosto de 2005. p. 15 a 17.